



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

### ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA – SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 21 DE DEZEMBRO DE 2018 - MANDATO 2017 - 2021

--- Aos vinte e um dias do mês de Dezembro de dois mil e dezoito, reuniu em Sessão Extraordinária no Auditório do Edifício dos Paços do Município, a Assembleia Municipal de Alpiarça, cuja mesa foi composta pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Fernando Louro, que foi secretariado pela 2.ª Secretária, Senhora Fernanda Fragoso Garnel e pelo Senhor Secretário João Osório. -----

--- Verificou-se a presença dos seguintes Deputados Municipais:-----

--- 1. Júlio Manuel Fernandes Pratas (CDU). -----

--- 2. João Pedro Antunes Osório (CDU). -----

--- 3. Anabela Feliciano da Costa (CDU).-----

--- 4. Celestino Tomaz Pereira Brasileiro (CDU).-----

--- 5. Fernanda Fragoso Garnel (CDU). -----

--- 6. Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo (CDU). -----

--- 7. Joaquim Luís Rosa do Céu (PS). -----

--- 8. Maria Graciete Agostinho da Costa Pereira de Brito (PS). -----

--- 9. Abel Ferreira Melro Pedro (PS).-----

--- 10. Carlos Alberto Dias Marques (PS). -----

--- 11. Rodolfo Manuel Machacaz Colhe (PS).-----

--- 12. Armindo Pinto Batata (MUDA). -----

--- 13. Cidália Maria da Silva Maia Sal (PS). -----

--- 14. Ana Rita Monteiro Marques (PS). -----

--- 15. Miguel Ângelo Félix Miranda (CDU).-----

--- Verificou-se, igualmente, a presença dos seguintes elementos do Executivo Municipal:-----

--- 1. Presidente Mário Fernando Atracado Pereira.-----

--- 2. Vereador Carlos Jorge Duarte Pereira.-----

--- 3. Vereador João Pedro Costa Arraiolos.-----

--- 4. Vereador António da Conceição Moreira.-----

--- Verificou-se a ausência da Senhora Vereadora Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes. -----

--- A Ordem do Dia foi a seguinte: -----

--- **Ponto 1 - Apreciação e votação da Proposta das Grandes Opções do Plano e Proposta de Orçamento para o ano económico de 2019. - Câmara Municipal de Alpiarça**-----

--- **Ponto 2 - Apreciação e votação da Proposta para autorização para a contratação de um empréstimo de curto prazo para o ano de 2019. - Câmara Municipal de Alpiarça.** -----

--- A sessão foi aberta pelo Senhor Presidente da Mesa eram vinte horas e cinquenta e quatro minutos, tendo sido solicitado ao Senhor Deputado Municipal João Osório que, como habitualmente, substituísse na Mesa a Senhora Deputada Municipal Liliana Carapinha. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa informou que da bancada da CDU, se encontravam ausentes a Senhora Deputada Municipal Liliana dos Santos Carapinha e a Senhora Deputada Municipal suplente Vanda Pereira, tendo a vaga sido preenchida pelo Senhor Deputado Municipal Miguel Ângelo Félix Miranda, sendo que da bancada do Partido Socialista se encontravam ausentes as Senhoras Deputadas Municipais Maria Filomena Rúbio e Ana Margarida Rosa do Céu, bem como a Senhora Deputada Municipal suplente Cláudia Hortelão, tendo as vagas sido preenchidas pelo Senhor Deputado Municipal Rodolfo Colhe e pela Senhora Deputada Municipal Cidália Sal. O Senhor Presidente da Mesa informou, ainda, que a Senhora Deputada Municipal Ana Rita Monteiro Marques tinha pedido a suspensão, mas depois informou que poderia estar presente e como tal, tinha sido aceite a retirada do seu pedido de suspensão e a sua participação na Assembleia. -----

--- De seguida, questionou se da parte do público, alguém se pretendia inscrever para intervir. -----

--- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

--- Interveio o Senhor munícipe Paulo Sardinheiro, que colocou várias questões sobre o turismo de Alpiarça, referindo que pretendia saber onde podia consultar o Plano Estratégico de Alpiarça, que foi apresentado, uma vez que, no site da Câmara Municipal não estava disponível. Perguntou, ainda, se existia algum plano de ação e se as GOP que iam ser apresentadas previam alguns custos para implementar esse plano estratégico.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que referiu que as questões colocadas se reportavam ao pelouro do Senhor Vereador Carlos Jorge Pereira e como tal, o mesmo poderia responder. -----

--- O Senhor Vereador Carlos Jorge Pereira, informou que de facto o Plano Estratégico ainda não estava disponível no site da Câmara Municipal, uma vez que, estava à espera que fosse entregue o Plano de Comunicação do Turismo, mas que em princípio na semana seguinte os dois planos estratégicos iriam estar disponíveis no site da Câmara. -----

--- Não havendo mais inscrições do público, o Senhor Presidente da Mesa referiu que, tratando-se duma sessão extraordinária não havia período antes da ordem do dia e como tal, deu início à ordem do dia. -----

**Ponto 1 - Apreciação e votação da Proposta das Grandes Opções do Plano e Proposta de Orçamento para o ano económico de 2019 - Câmara Municipal de Alpiarça.** -----

--- O Senhor Presidente da Mesa passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que solicitou ao Senhor Vereador João Pedro Arraiolos que fizesse uma apresentação do ponto.-----

--- O Senhor Vereador João Pedro Arraiolos fez uma pequena introdução ao orçamento do Município de Alpiarça para 2019, dizendo que o mesmo tinha o valor de nove milhões novecentos e dezoito mil euros, o que em comparação com o ano anterior representava uma redução de 2,2%, sendo que a contratação do empréstimo já aprovado iria permitir a redução do passivo e até um ligeiro aumento do investimento, embora Alpiarça se continuasse a debater com o mesmo problema que outros municípios, que era a desproporção entre os recursos existentes e as necessidades ilimitadas das populações, o que obrigava a que fossem feitas escolhas e definidas estratégias, ao que acrescia o

incumprimento da Lei das Finanças Locais . -----

--- Referiu pela positiva, que o atual Governo tinha restabelecido alguma autonomia dos municípios, o que permitiu inverter uma tendência de espartilhar as ações dos mesmos, embora continuasse a existir alguma preocupação com a possibilidade de ser concretizada a transferência de novas competências, sem o devido acompanhamento dos recursos financeiros necessários à execução das mesmas. Em relação ao Município de Alpiarça, disse que se pretendia continuar na mesma senda de consolidação financeira, com rigor, transparência, desenvolvimento e coesão, explicando ainda que em termos de enquadramento económico, Alpiarça tinha conseguido ao longo dos anos um elevado aumento de exportações, tendo havido também uma diminuição significativa do número de desempregados, um aumento significativo de receita de impostos, nomeadamente IMT e Derrama, o que eram indicadores de que o Município estava numa situação favorável ao nível económico, tal como grande parte dos municípios e até acima de muitos e que existiam sinais de crescimento económico, com a potencialidade de se poder crescer mais ainda, através da atração e fixação de novos investimentos e habitantes. -----

--- No âmbito da regeneração urbana, disse que em 2018 se tinha concluído a empreitada de requalificação e revitalização do Jardim Municipal e que a empreitada de reabilitação e adaptação do Mercado Municipal passaria para 2019, um vez que, a obra já estava adjudicada e já tinha o visto do Tribunal de Contas, pelo que estava pronta a iniciar-se em breve e seria para concretizar em 2019. Depois, destacou para 2019 os trabalhos já adjudicados de substituição de toda a iluminação pública por iluminação tipo LED, bem como a continuidade do Projeto do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar, que se iria manter nos nove municípios da CIMLT que aderiram, no sentido de combater o insucesso escolar. -----

--- Salientou o significativo aumento de despesas com pessoal, que se iria refletir principalmente no orçamento de 2019 e que estava relacionado, principalmente, com a integração de 33 pessoas no ano de 2018, tendo sido integrados 22 no âmbito do Programa Extraordinário de Integração de Vínculos Precários e os restantes de concursos que vinham a decorrer, visto que Alpiarça estava com uma redução de pessoal em relação ao ano de 2009, pois tinha cerca de 60 trabalhadores a menos, com as mesmas competências e para as mesmas funções. Continuou a intervenção, referindo que tinha havido da parte do Município uma redução do passivo de cerca de 5,8 milhões de euros em relação a 2009, o que correspondia a uma redução de 43,6%. -----

--- Informou que iria ser dada continuidade ao projeto de modernização administrativa e em relação à proteção civil, que em 2019 era intenção do Município recrutar dois bombeiros municipais e adquirir uma ambulância de socorro, sendo que na área da educação se destacavam os auxílios económicos escolares, os transportes escolares, os complementos de apoio à família, a fruta escolar, entre outras ações. No âmbito da CPCJ, referiu-se às novas instalações e à dotação de mais técnicos, o que iria permitir melhorar o desempenho das funções daquela entidade, sendo que na área da ação social se salientava a atribuição de bolsas de estudo, o projeto “Mão Amiga”, bem como as atividades desenvolvidas com os seniores e a possibilidade de parceria com a Associação Dignidade, no sentido de estabelecer um protocolo para aprovar a aquisição gratuita de medicamentos, abrangendo cerca de trinta pessoas. ----

--- Assinalou, também, algumas datas emblemáticas como o curso carnavalesco, o feriado municipal, o dia da liberdade, a 7.ª edição da Arte na Rua, as sessões de espetáculos para bebés, as atividades relacionadas com a Casa dos Patudos, as atividades da Biblioteca Municipal, as atividades físicas para seniores e idosos, a Alpiagra, o Festival do Melão, a Arte Natal, a implementação de alguns fins de semana gastronómicos, a participação na BTL e a participação

na Feira da Agricultura. -----

--- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal Armindo Batata, que começou por referir que tinha ouvido com muita atenção a explicação do Senhor Vereador João Pedro Arraiolos, na tentativa de encontrar uma linha, uma estratégia de desenvolvimento para o Concelho, pois de acordo com a lei em vigor, nas GOP deveriam estar definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da Autarquia. Disse que, do seu ponto de vista, a questão dos números era muito árida e por isso, tinha olhado para as GOP à procura duma estratégia de desenvolvimento, mas sem querer ser deselegante, parecia-lhe que as mesmas eram uma lista de festas, uma lista de pequenos acontecimentos, nada de grande, até porque tinha feito uma comparação com as GOP doutros municípios, e não tinha visto nas mesmas festas ou pequenos acontecimentos, mas antes grandes linhas de desenvolvimento estratégico dos territórios, sendo que no Plano Plurianual de Alpiarça tudo se esgotava em 2019, ou seja, não se vislumbrava uma estratégia para os anos seguintes, com exceção de umas obras de manutenção numa escola e um *leasing* para uma viatura. -----

--- Salientou que, embora soubesse que os documentos eram sempre elaborados em conformidade com a legislação em vigor, podiam ser apresentados doutra forma, ou seja, como em alguns municípios que tinham o cuidado de os elaborar de forma legível para a população, introduzindo gráficos para que qualquer cidadão comum conseguisse perceber quais as verbas afetas a cada área. Por outro lado, tinha verificado que as linhas estratégicas não estavam quantificadas, nem tão pouco refletidas no orçamento e como tal, eram apenas intenções e por fim, deixou nota que no orçamento estava contemplada a proposta do protocolo a outorgar com a Associação Dignidade, sendo que a mesma era uma proposta da Assembleia Municipal, pois as propostas/recomendações depois de aprovadas na Assembleia Municipal, eram da própria Assembleia e por isso, era com muito agrado que verificava que a Câmara tinha considerado uma recomendação da Assembleia Municipal. -----

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada Municipal Graciete Brito, que começou por dizer que tinha tentado fazer a melhor análise possível dos documentos e pretendia felicitar o executivo, porque tinha notado alguma melhoria na clarificação, na apresentação e na coerência dos mesmos face aos anteriores, tendo igualmente referido que no seu entendimento, os dois documentos apresentados deviam estar interligados, pois o orçamento derivava das GOP e era em face daquilo que se pretendia fazer que se definiam as receitas e o encontro destas com as despesas. Continuou dizendo que estranhava o plano não ter uma introdução, onde fossem apresentadas as linhas gerais, a forma como se organizava, as linhas estratégicas ou os principais objetivos, pois embora isso aparecesse no orçamento e tivesse sido feita uma pequena introdução no mesmo, isso não aparecia explanado no documento das GOP e em sua opinião, seria naquele documento que deveriam aparecer as linhas gerais. -----

--- Em relação às GOP, notou que as mesmas apareciam como retalhos dos diversos serviços da Autarquia e que algumas propostas não tinham cobertura financeira suficiente, ou seja, não havia uma correspondência entre as opções e os valores constantes do orçamento, pelo que o encontro dos dois documentos tinha-lhe suscitado algumas dúvidas, tanto mais que não evidenciava nenhum plano estratégico. Falou depois sobre o plano de combate ao insucesso escolar e disse que gostava de ser esclarecida sobre o que já tinha sido feito até agora, bem como o que se pretendia fazer em relação à Albufeira dos Patudos, pois no documento era tudo muito vago e como a Albufeira dos Patudos era um assunto recorrente, um assunto difícil, que era abordado em todas as sessões, pretendia saber que tipo de intervenção e requalificação do espaço envolvente iria ser feito, pois em sua opinião, a verba contemplada no

valor de dez mil euros, parecia-lhe um valor nitidamente insuficiente.-----

--- Destacou pela positiva, a organização do seminário nacional previsto no âmbito da Comemoração do Centenário do Governo de José Relvas, dizendo que esperava que tal evento tivesse uma maior visibilidade que as comemorações do próprio Centenário da Vila, pois seria bom dar destaque e relevo a tal evento. Sobre o Mercado Municipal, fez uma sugestão no sentido de aproveitar o facto do espaço ir ser requalificado, para realizar no mesmo a Arte Natal, pois aquele local tinha uma situação privilegiada para se fazer no mesmo um verdadeiro mercado de natal à semelhança do que se fazia noutras localidades, podendo durar mais que dois dias (por exemplo, uma semana) e que fosse uma mostra dos produtos e do artesanato local, já que na rua principal passavam tantas pessoas, pelo que se tivesse bem publicitado e bem visível, com certeza teria muito público e atrairia muita gente.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro, que iniciou a sua intervenção referindo-se ao orçamento e dizendo que uma das grandes estratégias do executivo, desde que tinha tomado posse, ou seja, nos últimos nove anos, tinha sido a recuperação financeira do Município, pelo que era essa uma das grandes obras dos últimos anos, tendo em conta a situação em que a Câmara se encontrava, que naturalmente tinha condicionado todos os orçamentos e tudo o que se pretendia fazer, que não eram os desejados, mas eram os possíveis. Salientou que a estratégia passava também por reforçar determinadas áreas, o que estava a ser concretizado com sucesso, nomeadamente, as áreas da educação, da cultura, da solidariedade, do apoio ao movimento associativo, bem como a requalificação do espaço público e frisou que existiam indicadores que garantiam alguma tranquilidade para o futuro, nomeadamente, o aumento das exportações, a diminuição do número de desempregados e o aumento dos impostos do IMT e Derrama, terminando por referir que o orçamento era o possível, tendo em conta toda a situação que já havia sido relatada sobre o Município. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, que iniciou a sua intervenção explicando que as GOP definiam as linhas estratégicas para o ano a que respeitavam e, naquele caso, estavam a ver as estratégias delineadas para o ano de 2019 e, por isso, tinha algumas interrogações resultantes da breve leitura que tinha feito ao documento. Deu como exemplo, o facto de no documento de enquadramento ter sido dada uma grande atenção ao sistema de ensino e aos equipamentos das escolas, prevendo-se promover a curto e médio prazo obras no pré-escolar e no primeiro ciclo do ensino básico, ou seja, a curto prazo o ano de 2019 e a médio prazo o espaço temporal até cinco anos, sendo essa uma prioridade da linha estratégica, mas a realidade é que em 2019, para tais obras de requalificação nas escolas estavam previstos sete mil euros, e por isso a pergunta que se impunha era que obras estruturantes é que se podiam fazer com sete mil euros. -----

--- Em relação à Proteção Civil, destacou que a verba de 20 mil euros, definida para aquisição de três equipamentos, lhe parecia insuficiente e que as obras previstas para o Quartel dos Bombeiros estavam previstas com verbas a definir, pelo que verificava que nas GOP as verbas a definir eram quase o dobro das verbas definidas. -----

--- No que dizia respeito à valorização ambiental, que entroncava diretamente no eixo que se pretendia desenvolver, que era a questão da potencialização turística do Concelho, mas também do que era necessário fazer em termos de recursos pré-existentes, para que tal medida se tornasse evidente e viável, o que estava descrito era que se pretendia dar continuidade ao desenvolvimento de um projeto estruturante de qualidade das águas da Albufeira dos Patudos, bem como à limpeza e manutenção da Vala, sendo que esse projeto estruturante tinha sido definido em 2018 e agora iria ser dada continuidade ao mesmo, pelo que pretendia saber qual grau de execução de tais componentes e se a

importância de nove mil euros definida para o ano de 2019 seria suficiente para a conclusão dos mesmos. Referiu-se, depois, à Reserva Natural do Cavalo Sorraia, questionando se havia alguma ideia de como tal espaço poderia ser enquadrado na estratégia de potencialização turística do Concelho e se as infraestruturas realizadas anteriormente, que permitiram enquadrar o espaço numa perspetiva de valorização turística desportiva e ligada à natureza, foram abandonadas ou se estavam na perspetiva de serem continuadas, ou seja, qual era a ideia que o executivo tinha para a Reserva e o valor previsto para a sua concretização em termos orçamentais. -----

--- Frisou que no âmbito da área social, o montante a afetar tinha descido 25% em relação ao ano de 2018, pois fixava-se em quinze mil euros para 2019, e por isso perguntava o que era possível fazer, em termos de apoio social e na implementação duma consciência social mais profunda, com quinze mil euros. -----

--- Em relação ao documento que traduzia a situação da parceria da Câmara com a Agroalpiarça, referiu que o mesmo estava totalmente inelegível. Quanto à mensagem do Senhor Presidente, que enquadrava o orçamento e abordava o aumento das exportações, a diminuição do número de desempregados, o aumento de impostos e a fixação de novos investimentos, deixou algumas interrogações, uma vez que, a mesma não era clara, pois não mencionava sequer o período temporal dos números indicados, sendo que em 2009 a contabilização não era feita como se fazia agora.-----

--- Concluiu, dizendo em relação ao referido aumento dos investimentos e dos impostos, que era preciso ter alguma atenção a isso, pois atualmente em Alpiarça, principalmente no primeiro escalão, o tal escalão da consciência social que ia até aos 5m3, a água era paga a um preço superior ao da Freguesia do Campo Grande, em Lisboa, acontecendo o mesmo com a taxa de saneamento e no que respeitava à matéria dos impostos, devia falar-se de coeficientes de IMI e não de taxas de IMI, pois os coeficientes de qualidade serviam para medir o conforto dos locais, englobando questões de transportes públicos, estabelecimentos comerciais, centros de saúde, condições climáticas e de valorização ambiental, sendo que em Alpiarça o coeficiente era diferente, por exemplo, ao de certas zonas do Algarve. Finalizou com uma referência à expressão "*explorar as potencialidades e virtudes da engenharia orçamental*" utilizada no orçamento, alertando para o facto de tal expressão poder significar contabilidade criativa, ou seja, irregularidades na elaboração daquele documento, questionando ainda a que fontes de financiamento o mesmo se referia. -----

--- Após as intervenções dos Senhores Deputados Municipais, o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas, tendo o mesmo solicitado ao Senhor Vereador João Pedro Arraiolos que facultasse os esclarecimentos necessários, tendo em conta tudo o que havia sido referido. -----

--- O Senhor Vereador João Arraiolos começou por dizer que aquele era um documento difícil de entender, para quem não estivesse por dentro do assunto, uma vez que, não deixava de ser um documento técnico e muitas das coisas nele contidas tinham que fazer parte do orçamento obrigatoriamente, daí que ia tentar aligeirar essa complexidade e descrever as opções de forma mais perceptível. -----

--- Explicou que, em 2010 tinham optado por uma solução que era a disponível na altura, em termos legais e que se concretizou em 2011, mas que levou a um asfixiamento que só se viria a aliviar com a lei do orçamento de estado de 2016, e lembrou que tinham feito duas operações de substituição de dívida, que tinham ficado desertas, pelo que só no final de 2018 é que as tinham conseguido concretizar, pelo que tudo aquilo tinha condicionado as opções seguintes, porque a obrigatoriedade de pagar todos os anos mais de um milhão de euros, deixava muito pouco espaço disponível para outro tipo de investimentos. Acrescentou que todo investimento feito nos mandatos da CDU, tinha sido desenvolvido com uma grande comparticipação do orçamento da Câmara, como por exemplo, o investimento feito na

Casa Museu dos Patudos, de cerca de dois milhões e meio de euros, em que a parte do Município de Alpiarça foi totalmente suportada pelo orçamento, sem haver a possibilidade de recorrer a empréstimos, pelo que era difícil ter horizontes muito alargados em termos de investimento, a menos que a situação financeira do Município fosse diferente e mais desafogada. -----

--- Foi dada de novo a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que abordou a questão do insucesso escolar, explicando todo o processo e o que tinha sido feito, nomeadamente, o conjunto de medidas e de iniciativas desenvolvidas pela equipa técnica e pelo gabinete de educação, que tinha acompanhado enquanto responsável pelo pelouro da educação, e que depois poderia fazer chegar à Senhora Deputada Municipal Graciete Brito algumas das informações a que teve acesso. Sobre as comemorações do Centenário do Ministério de José Relvas, a celebrar em 2019, disse que as mesmas se iriam realizar e uma das ações previstas era a presença do Senhor Presidente da República no Concelho de Alpiarça, pois o convite que lhe tinha sido endereçado para participar na conferência tinha sido aceite pelo mesmo, estando a aguardar-se que fosse indicada uma data para o efeito. -----

--- Sobre o Mercado Municipal, disse que concordava com a ideia da Senhora Deputada Municipal Graciete Brito de redimensionar o Mercado de Natal ou a Arte Natal, tendo em conta a intervenção que ia ser feita e as novas condições que o espaço teria após a sua reabilitação, lembrando contudo que já era a sétima Arte Natal que se realizava, não obstante a proliferação de mercados de natal noutras localidades ser mais recente. -----

--- Continuou a intervenção, explicando que a ação social era uma área muito vasta em termos de intervenção, mas apesar da diminuta capacidade financeira do Município nos últimos anos, tinha vindo a aumentar em termos de peso no orçamento, sendo isso ainda mais visível na apresentação das contas no final do ano, pelo que num período de crise económica e social, a resposta que a Câmara de Alpiarça estava a dar era muito positiva, pois criaram-se instrumentos de apoio social que não existiam antes do atual executivo assumir funções, e que eram um fator de apoio objetivo à população mais carenciada do Concelho, tais como as bolsas para estudantes do ensino superior, cujo primeiro pagamento se realizou em 2010, os auxílios sociais escolares, a oportunidade de criar um protocolo de apoio à aquisição de medicamentos, por parte da população mais necessitada e o apoio à população mais carenciada, muitas vezes até fora do âmbito direto daquilo que eram as competências dos municípios, tendo sido essa uma opção voluntária e política do atual executivo municipal.-----

--- Respondendo ao Senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu sobre a questão da água, e por questões de honestidade intelectual, esclareceu que Alpiarça pagou a água a preços muito mais elevados em relação aos municípios vizinhos até 2009, descendo depois ligeiramente esses valores, ao contrário de outros municípios onde o preço da água disparou, com a criação e integração nas Águas do Ribatejo, sendo que a empresa tinha que responder a um conjunto de necessidades, incluindo também questões de responsabilidade para com outros associados, onde era necessário fazer investimentos para colocar alguns municípios ao mesmo nível daqueles que já tinham uma cobertura e uma qualidade de serviço que estava no topo a nível nacional, mas ainda assim tinha uma tarifa que objetivamente era das mais baixas em toda a região, não obstante as exigências da ERSAR e do PS e PSD na Assembleia da República, quando instituíram o princípio do utilizador pagador, para que o sistema se pagasse a si próprio. -----

--- Concluiu, referindo que não era intelectualmente honesto comparar Alpiarça apenas em certos aspetos a uma freguesia de Lisboa ou ao Algarve, que nem era uma entidade municipal, pois assim teriam que se comparar outros fatores, nomeadamente, o desequilíbrio orçamental dessas entidades com o de Alpiarça, que em 2009 em muitos

casos era muito superior. -----

--- Na segunda ronda de intervenções foi dada a palavra à Senhora Deputada Municipal Graciete Brito, que explicou que as variáveis estatísticas tinham regras para serem calculadas e quando se referiam as taxas médias de IMI, não se podia fazer uma média aritmética simples, mas antes uma média aritmética ponderada, pois caso contrário os dados eram apenas estatísticos e como tal, caso a Câmara quisesse disponibilizar todos os dados de IMI de todos os anos em causa e dos imóveis, ela própria faria a média ponderada. -----

--- O Senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, tomou a palavra para dizer que, relativamente às questões que tinha colocado constatava a ausência de respostas na sua quase totalidade, o que também já era prática recorrente, mas relativamente à ação social tinha retido a afirmação de que se tinha vindo a verificar um aumento do peso da mesma, em termos de percentagem orçamental, embora naquele orçamento fosse possível verificar uma diminuição de 25%, pelo que concluía que na nova linguagem, diminuições correspondiam a aumentos. -----

--- Em relação ao preço da água, referiu que a empresa Águas do Ribatejo tinha nascido para se defender de um conglomerado, que tinha em vista impor aos municípios um preço de água sufocante para os consumidores, pelo que um dos princípios que presidiu à criação da empresa foi a defesa do consumidor, pelo que não era possível aceitar que no primeiro escalão em Alpiarça se pagasse mais do que em Lisboa. Quanto ao IMI, considerava que estava a haver uma mistura de conceitos, já que o valor patrimonial era resultado de uma equação, que ia somando componentes e por isso, o importante era comparar os coeficientes de localização de cada localidade entre si e de cada zona dentro de cada localidade e quanto à engenharia financeira, se o executivo entendia haver enquadramento para tal que ficasse com essa opinião e em relação aos empréstimos eram bem vindos, pois eram uma boa forma de financiamento. -----

--- Interveio a Senhora Deputada Municipal Anabela Costa, referindo que leu com muita atenção o Orçamento e as Grandes Opções do Plano considerando que era um orçamento realista, dentro das potencialidades que o Município tinha e dos recursos disponíveis, sendo que o mesmo não podia ter sido elaborado de outra forma, mas que não via naquele documento nenhuma engenharia financeira, independentemente de naquela Assembleia ter sido utilizado esse termo um pouco infeliz, que fazia lembrar os tempos da Assembleia de há treze ou catorze anos atrás, em que se discutiam ali as engenharias financeiras que eram apresentadas e em que se colocavam questões muito concretas em relação aos orçamentos, em relação às contas do Município e cuja resposta era sempre a mesma, ou seja, que já tinham respondido à questão. Terminou explicando que tinha estado com atenção ao que o Senhor Vereador João Pedro Arraiolos tinha dito e que achava que o mesmo não podia ter sido mais claro na exposição dos assuntos. -----

--- Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para explicar que desconhecia qual o trabalho estatístico que estava na base do que a Senhora Deputada Municipal Graciete Brito estava a pensar, porque para ele a questão era simples, uma vez que a taxa de IMI era fixada pelo Município, ou seja, pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara e não tinha qualquer dúvida em relação a isso, considerando que era uma operação perfeitamente legítima aquela que se estava a fazer, de criar uma taxa média de 0,33 ao longo dos anos, de forma a colocar Alpiarça ao nível dos municípios com o IMI mais baixo durante tal período temporal. Voltou a referir que, quem tinha aplicado a taxa máxima de 0,5 durante os períodos dos seus mandatos, não tinha agora autoridade para criticar a política seguida pelo atual executivo e pela maioria, sendo que em relação aos coeficientes, era a Comissão Nacional que funcionava junto do Conselho de Ministros, que no final os definia. -----

--- Para concluir, disse que a Câmara estava num processo de revisão financeira, que se continuavam ainda a viver



momentos muito difíceis ao nível do estrangulamento quase efetivo das finanças municipais, da tesouraria municipal, uma vez que, ao longo dos últimos anos se tinha trabalhado exclusivamente com orçamento camarário, e não tinha havido oportunidade de recorrer sistematicamente ao endividamento bancário como em tempos anteriores, pelo que a gestão do executivo resultava no essencial na recuperação financeira, para não legar às novas gerações e à nova gestão qualquer ónus de futuro. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa colocou o ponto à votação que foi aprovado por maioria, com 8 votos a favor da CDU e 8 votos contra, sendo 7 dos PS e 1 do MUDA, tendo sido exercido o voto de qualidade pelo Senhor Presidente da Assembleia. -----

--- O Senhor Deputado Municipal Armindo Batata apresentou a seguinte declaração de voto: "*Votei contra as Grandes Opções do Plano e o Orçamentado para 2019, devida à ausência de linhas de desenvolvimento estratégico que Alpiarça tanto necessita. Só consta nas Grandes Opções do Plano eventos avulso sem haver qualquer interligação entre eles. No orçamento abundam inúmeras rubricas de despesa abertas a mil euros, em áreas importantes de investimento, o que espelha a incapacidade do executivo em desenvolver projetos nessas áreas.*" -----

**Ponto 2 - Apreciação e votação da Proposta para autorização para a contratação de um empréstimo de curto prazo para o ano de 2019. - Câmara Municipal de Alpiarça.**-----

--- O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao Senhor Vereador João Pedro Arraiolos, para apresentação do ponto, tendo o mesmo começado por explicar que a proposta para autorização e contratação de um empréstimo de curto prazo, tinha sido uma opção dos últimos anos e por isso, era uma prática já sobejamente conhecida por parte da Assembleia, sendo que já no ano anterior tinha sido aprovada a contratação de um empréstimo a curto prazo até 900 mil euros, do qual o executivo tinha utilizado até 700 mil euros, pelo que pretendia pagar uma parte do mesmo até 31 de Dezembro e depois com o novo empréstimo liquidar o restante, uma vez que, não havia possibilidade de o pagar na totalidade. Referiu, ainda, que a lei do regime financeiro das autarquias Locais, permitia o financiamento bancário de curto prazo, que não era relevante para o conceito de dívida no final do ano e por isso, após a aferição dos meios necessários entendeu-se por bem propor a contratação do empréstimo para um valor até 850 mil euros, no sentido de deixar alguma margem para eventualidades que pudessem surgir ao longo do ano ou para fazer face à diminuição de receitas, que se pudessem vir a sentir. -----

--- Explicitou que o processo era obrigatoriamente instruído com um mínimo de propostas de três instituições de crédito, tendo sido feito o convite a seis, embora apenas tenham sido apresentadas três propostas, pelo Banco Santander Totta, pela Caixa Geral de Depósitos e pela Caixa de Crédito Agrícola, sendo a proposta mais vantajosa a do Banco Santander, com uma taxa de juro de 0,84, pelo que o que se propunha era que a Assembleia Municipal autorizasse a Câmara Municipal a contrair o empréstimo de curto prazo, até ao montante máximo de 850 mil euros, em conformidade com a consulta efetuada à banca, e que essa contratação fosse feita ao Banco Santander Totta. -----

--- Pediu a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, para referir que gostaria de dirigir ao técnico municipal que tinha preparado a redação do ponto os seus parabéns, pois desde que a CDU estava no exercício de funções, e tanto quanto se lembrava, era a primeira vez que aparecia uma proposta de contratação de um empréstimo a curto prazo, enquadrada de acordo com o estipulado legalmente e tipificando exatamente para que servia um empréstimo a curto prazo, ou seja, para as situações de incompatibilidade entre o que era a arrecadação de receita e o que era a obrigação de despesa. -----

--- Depois, e apresentado desde logo um pedido de desculpas, referiu que no quarto considerando do ponto quarto, na segunda linha, sugeria que onde se dizia "*consagrando a obrigatoriedade do seu integral reembolso até final do ano*", que o termo "obrigatoriedade" fosse substituído pelo termo "vantagem". -----

--- O Senhor Vereador João Pedro Arraiolos respondeu à sugestão, explicando que não sabia se podia fazer a alteração, uma vez que, era uma proposta que já vinha da Câmara e estar a alterá-la em Assembleia podia obrigar a que voltasse à Câmara e condicionava, de certa forma, a necessidade de contratação o mais rápido possível do empréstimo no sentido de colmatar o já referido anteriormente.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa colocou o ponto à votação, que foi aprovado por maioria, com 8 votos a favor da CDU e 8 abstenções, sendo 7 do PS e 1 do MUDA. -----

--- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa disse que havia necessidade de fazer um curto intervalo, uma vez que, existiam uma série de documentos que tinham que ser todos assinados pelos Senhores Deputados Municipais. -----

--- Após o intervalo, passou-se ao período do público, não tendo havido intervenções. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Secretário João Osório para ler a minuta da ata, que foi aprovada por unanimidade, com exceção do Senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa Céu, que se tinha entretanto ausentado da reunião, sendo a mesma assinada pelos membros da Mesa e nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada eram 23h24m. -----

--- Presidente da Mesa, Fernando Louro \_\_\_\_\_

--- 2.ª Secretária, Fernanda Garnel \_\_\_\_\_

--- Secretário, João Pedro Osório \_\_\_\_\_

--- Alpiarça, aos vinte e um dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezoito. -----